



XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB)
ISSN 2177-3688

GT 5 – Política e Economia da Informação
Comunicação Oral

**SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA:
CONTRIBUIÇÕES PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO
CONHECIMENTO¹**

***INFORMATION SOCIETY AND UNIVERSITY LIBRARY:
CONTRIBUTIONS TO THE DEMOCRATIZATION OF ACCESS TO
KNOWLEDGE***

Maira Nani França, Universidade Federal de Uberlândia
mairanani@hotmail.com

**Angela Maria Grossi de Carvalho, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Filho**
angela@carvalho.jor.br

Resumo: A partir das concepções de sociedade da informação, marcadas pela expansão social na utilização de bens e serviços e, pela extinção de fronteiras geográficas que caracterizam o novo paradigma técnico econômico desenhado durante a evolução da sociedade industrial para a pós-industrial, este trabalho discute as principais características desta nova estrutura social na qual se inserem as universidades e suas bibliotecas. Diante da inexistência de políticas públicas específicas, definidas para o setor, o texto recupera as conquistas no cenário das bibliotecas universitárias brasileiras e discute a importância do alinhamento dos propósitos institucionais destas unidades informacionais aos princípios e diretrizes administrativos das instituições às quais se vinculam, como forma de solucionar um dos maiores desafios desta sociedade pós-industrial: a democratização do acesso ao conhecimento.

Palavras-chave: Sociedade da Informação. Bibliotecas Universitárias. Educação. Políticas públicas. Acesso à informação.

Abstract: Based on the information society's views, marked by social expansion in the use of goods and services, and there are no geographic borders that define the new techno-economic paradigm designed during the evolution of industrial society to a post-industrial, this paper discusses the main features of this new social structure in which it operates of the universities and their libraries. Due to the lack of specific public policy established for the sector, the text regains the achievements in the

¹ O conteúdo textual deste artigo, os nomes e e-mails foram extraídos dos metadados informados e são de total responsabilidade dos autores do trabalho.

scenario of Brazilian academic libraries and discusses the importance of alignment of institutional purposes these informational units to the principles and guidelines of administrative institutions which are linked as a way to solve one of the biggest challenges of this post-industrial society: the democratizing access to knowledge.

Keywords: Information society. Academic Library - Information Society. Information Society - Education. Academic libraries - public policy. Information access.

1 INTRODUÇÃO

Para analisar a inserção da biblioteca no contexto da sociedade da informação, como agente de democratização do acesso ao conhecimento, considera-se neste trabalho, parafraseando Bell (1973), que tal fato se consolida a partir do compartilhamento de informações entre pessoas, instituições e sociedades, em um processo histórico, contínuo e cumulativo, cujo objetivo primordial é o desenvolvimento como um todo.

Este trabalho, resultado da pesquisa de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação da Universidade Federal de Uberlândia, apresenta as principais características da estrutura social, desde a era pré-industrial até a atual (sociedade da informação), na qual está inserida a universidade e, conseqüentemente, as bibliotecas universitárias, como agentes de transformação, com o desafio de buscar soluções para um dos maiores problemas desta sociedade pós-industrial: a democratização do acesso ao conhecimento. Elencam-se como objetivos contextualizar as bibliotecas universitárias públicas no âmbito da Sociedade da Informação e da Educação Superior no país e analisar, dentre as políticas educacionais e culturais brasileiras, elementos que possam compor o marco regulatório que fundamente e respalde a gestão das bibliotecas universitárias, uma vez que não há, na atualidade, uma política específica para estas unidades informacionais.

Esta investigação, de natureza teórica, fundamentou-se nos pressupostos da pesquisa qualitativa e a trajetória metodológica compreendeu pesquisa documental em fontes primárias de órgãos governamentais vinculados à Sociedade da Informação e pesquisa bibliográfica em livros, teses, dissertações e artigos científicos da área.

2 A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

“Embora a sua história seja individual, toda sociedade compartilha alguns elementos com outras sociedades” (BELL, 1973, p. 9).

Para compreender a evolução das sociedades, retoma-se a característica básica da sociedade pré-industrial, formada pelos povos que viveram antes do início do século XIX,

quando aconteceu a Primeira Revolução Industrial, fundamentada na extração da matéria bruta da natureza e que dependia da força braçal do homem para o processamento e transformação dos bens que compunham a base de sua existência. Marcada notadamente pela dependência dos fenômenos naturais, tais como estações climáticas, solo, água, entre outros, esta sociedade também se caracterizava pelo subemprego, em parte explicado pela grande oferta de serviços pessoais ou domésticos, de baixa qualificação, predominantes no período (BELL, 1973).

Por sua vez, a sociedade industrial ocupava-se da fabricação de bens, cuja organização acontecia em torno da produção mecânica e de um princípio de eficiência funcional, consolidado pelo taylorismo/fordismo (SANSON, 2009), tendo como premissa básica a maior produção no menor período de tempo possível. Diferentemente da sociedade manufatureira, a sociedade industrial, caracterizada pelo conhecimento objetivo e pela organização, era bastante dependente da tecnologia e da ciência. “Na constituição da sociedade industrial, está ainda a introdução de novas tecnologias responsáveis pela redivisão social e técnica do trabalho” (SANSON, 2009, p. 24). Durante dois séculos (1750-1950), com o advento da indústria, o mundo tornou-se mais dinâmico, impulsionando o desenvolvimento tecnológico, promovendo maior difusão das informações e exigindo maior capacitação profissional e técnica do trabalhador.

Na sociedade pós-industrial, consolidada a partir da Segunda Guerra Mundial, uma nova estrutura social é apresentada. Com uma cultura distinta daquela existente na sociedade industrial, novos grupos sociais se organizam, bem como surgem outros estilos de vida, de política e, conseqüentemente, uma nova maneira de administrar. O poderio e o potencial de um país passam a ser determinados por sua capacidade científica, com foco na Pesquisa e no Desenvolvimento (P&D) (BELL, 1973). O desenvolvimento econômico e a estratificação dessa sociedade em classes se deram em função do conhecimento teórico, diferentemente da sociedade industrial – fundamentada na lógica da produção mecanizada.

Também chamada de “era da informação e do conhecimento”, a era pós-industrial se diferencia da anterior perceptivelmente no setor econômico, de modo especial em serviços, tecnologia e desenvolvimento social. Sua organização acontece em torno da informação, do conhecimento, da comunicação e do acesso aos seus serviços e produtos. Bell (1973) aponta a mudança nas distribuições ocupacionais como uma das maneiras de definir essa sociedade pós-industrial. Corroborando essa ideia, Castells (1999, p. 535) apresenta uma análise de Frederick de Conninck, na qual “a empresa é afetada por temporalidades múltiplas e

divergentes”, “a economia é cada vez mais dominada pela busca da flexibilidade², ou organizada com base no curto prazo”. Nesse sentido, é perceptível a mudança nas distribuições ocupacionais, tanto no local de trabalho, quanto no tipo de atividade a ser desempenhada pelos trabalhadores. Nas empresas e nos países, é essencial produzir em intervalos de tempo cada vez mais reduzidos. Acompanha-se o crescimento vertiginoso do setor quaternário da economia, responsável pela produção, processamento e distribuição de mercadorias da informação. Serviço este altamente intelectualizado que inclui investigação, desenvolvimento e inovação.

A expressão sociedade da informação está associada a uma economia em que (1) a informação está no centro das necessidades econômicas da sociedade, (2) a economia e a própria sociedade crescem e se desenvolvem em função da produção e do uso de valores informacionais, e (3) a importância da informação, como produto econômico excede a de bens, energia e serviços (MASUDA, 1982, p. 111).

Na sociedade da informação³, responsável pela produção do conhecimento, o capitalismo se impõe imperativamente e a demanda de mercado determina a economia e as relações socioculturais. Neste contexto, a informação – matéria prima e elemento de competição política e econômica, de emancipação e dominação – é recurso estratégico para tomada de decisões e para a produção do conhecimento, cuja criação resulta da interação dinâmica e constante entre conhecimentos tácito (individualizado, subjetivo) e explícito (coletivo, objetivo)⁴.

² Expressa a capacidade do indivíduo em adaptar-se às exigências do mercado de trabalho no mundo capitalista, cada vez mais acirradas, que requerem o aprendizado de novas funções, aquisição de novos conhecimentos, flexibilização de horários, entre outras.

³ Esta expressão consta do Plano Plurianual (2000-2003) – *Livro Branco: política pública* –, elaborado a partir do *Programa Sociedade da Informação no Brasil* (Livro Verde), concebido por um grupo de estudo responsável por indicar possíveis diretrizes para aplicação das Tecnologias da Informação no país, a convite do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) (TAKAHASHI, 2000, p. v). A respeito do surgimento da expressão “sociedade da informação” consulte p. 40 da tese de doutorado de Carvalho (2010), intitulada *Apropriação da informação: um olhar sobre as políticas públicas sociais de inclusão digital*. A expressão “sociedade do conhecimento” adotada em alguns países é discutida por Assmann (2000), no artigo *A metamorfose do aprender na sociedade da informação*.

⁴ Considerados os pioneiros dos estudos de Gestão do Conhecimento, Takeuchi e Nonaka (2004, p. 19, grifo nosso) afirmam que o conhecimento é formado por dois elementos dicotômicos: *conhecimento tácito* “altamente pessoal e difícil de formalizar”, [...] “profundamente enraizado nas ações e na experiência corporal do indivíduo, assim como nos ideais, valores ou emoções que ele incorpora” e o *conhecimento explícito* “expresso em palavras, números e sons” [...], “compartilhado na forma de dados [...] especificações de produtos e manuais” e que “pode ser rapidamente transmitido aos indivíduos, formal e sistematicamente”. Neste sentido, Arend (2012) alerta que conhecimentos patenteados ou mantidos em segredo, bem como o caráter privado de experiência e *know-how* (tácito especializado) dificultam o emprego da revolução tecnológica para modernizar e rejuvenescer a economia. E assim, Takeuchi e Nonaka (2004, p. 20) concluem que “o conhecimento é tanto explícito quanto tácito” [...]; “é inerentemente paradoxal” uma vez que “é formado do que aparenta ser dois opostos”. Considerando a complexidade dos dias atuais, para ter sucesso, as instituições precisam acolher “uma completa multidão de opostos ao mesmo tempo”.

A concepção de sociedade da informação surge em um momento de expansão social, na exploração de novos territórios, na utilização de bens e serviços, levando em consideração um novo paradigma tecnoeconômico, desenhado durante a evolução da sociedade industrial para a pós-industrial. As mudanças ocorridas com a introdução da internet, a fibra ótica, o microprocessador, a comunicação por satélite, entre outras transformaram não só o modo de consumir, como também de produzir e processar a informação. A tecnologia, na perspectiva de Bell (1973) é a aplicação dessa informação cognitiva no desenvolvimento do trabalho com certo grau de perícia, orientado para a produção.

Para Bingemer (2004), “as novas tecnologias trouxeram à humanidade um sem número de mudanças comportamentais, físicas, mentais e existenciais.” O avanço tecnológico acelerou o processo de mudança nas relações sociais. Takahashi (2000) afirma que a origem dessa mudança se sustenta em três fenômenos interrelacionados: a convergência da base tecnológica (conteúdo, computação e comunicação) que permite o processamento da informação na forma digital⁵, a dinâmica da indústria que possibilita a popularização do uso de equipamentos eletrônicos⁶ e o crescimento exponencial da internet⁷.

A evolução das tecnologias de informação e comunicação, impulsionada pelo crescimento e democratização da rede mundial de computadores, pela ampliação da velocidade de conexão, pela mobilidade e pela convergência, a partir da década de 1960, facilitou o acesso ao conhecimento. “O ‘conhecimento’ nada mais é do que a informação cognitiva, que tenha sido generalizada e abstraída de uma compreensão das relações de causa e efeito de um fenômeno particular, que ocorre no ambiente externo” (MASUDA, 1982, p. 74). Selaimen e Lima (2004, p. 17) apontam como uma contradição da sociedade da informação a valorização do “fator humano no processo produtivo, ao transformar o conhecimento e a informação em capital, mas [que], simultaneamente desqualifica os novos ‘analfabetos’ das tecnologias de informação, podendo dar origem a uma nova classe de

⁵ Como por exemplo, digitalizar uma foto antiga de um álbum de família em um dispositivo móvel e enviá-la por e-mail para um parente ou amigo.

⁶ *Notebooks, tablets, Iphones, Ipads*, entre outros.

⁷ Em 2011, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com o objetivo de conhecer melhor a realidade sobre a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no país e também comparar internacionalmente estes dados estatísticos sobre a sociedade da informação, realizou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios referente ao acesso à internet e à posse de telefone móvel para uso pessoal. Em 6 anos (2005/2011) o número de internautas no Brasil cresceu 143,8% (45,8 milhões), com destaque para as mulheres de 10 a 39 anos de idade. 77,7 milhões de brasileiros navegam em computadores e laptops, o que equivale a 46,5% do total da população de 10 anos ou mais de idade; o grupo de jovens de 15 a 17 anos apresentou um dos maiores índices do contingente de pessoas que acessam a internet (74,1%) e quase a totalidade dos estudantes do Ensino Superior acessa a internet (98,1%). Quanto ao uso do celular, 115,4 milhões de brasileiros, a partir de 10 anos, possui telefone móvel, o que corresponde a 69,1% da população. O grupo de pessoas de 25 a 34 anos apresentou um dos maiores índices do contingente de pessoas que possuem celular para uso pessoal (IBGE, 2013, grifo nosso).

excluídos”. Como possibilidades para minimizar este paradoxo, na seção 2 são apresentadas articulações e parcerias, nos âmbitos nacional e internacional, como oportunidades para alavancar o desenvolvimento socioeconômico por meio da educação.

3 A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E A EDUCAÇÃO: POSSÍVEIS CAMINHOS PARA INCLUSÃO SOCIAL

Na virada do milênio, como parte das ações de promoção do acesso à informação – de modo particular à rede mundial de computadores, com objetivo de reduzir a exclusão digital – o governo brasileiro, representado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, pressionado, de certa forma, pelos países desenvolvidos, encomendou a elaboração do *Programa Sociedade da Informação no Brasil*⁸ como subsídio para a implantação das políticas públicas nesta área. Esta ação, ainda que desencadeada com o objetivo de resolver estruturalmente o problema, pode não ter sido eficaz, uma vez que, conforme Carvalho (2010, p. 45, grifo da autora), pelo fato de o documento ter sido elaborado às pressas, de modo tecnicista, a melhor concepção para a “entrada” do Brasil na era da informação não foi discutida.

Se por um lado a emergência em se desenvolver tecnologia e gerar benefícios econômicos, sociais, culturais e educacionais estava pressionando o Brasil, por outro era uma maneira de mostrar que o país estava preparado e inserido na sociedade da informação (CARVALHO, 2010, p. 45).

No ano de 2003, com objetivo de desenvolver uma visão de sociedade global e buscar meios de aplicar este propósito utilizando as TIC, realizou-se em Genebra a primeira fase da *Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação*, patrocinada pela Organização das Nações Unidas (ONU)⁹, na qual estavam presentes membros do Brasil, cuja meta principal era buscar soluções para diminuir a exclusão digital e a desigualdade entre ricos e pobres, por intermédio da ampliação do acesso à internet em nível mundial. Na oportunidade foram indicadas como características desta sociedade:

- a) o fato de reconhecer o conhecimento como um bem comum que deve estar acessível a todos e ser preservado para as gerações futuras;
- b) a contraposição à privatização e ao domínio do conhecimento, bem como à exploração comercial dos altos custos de acesso à internet, em favor da

⁸ Cf. nota 2.

⁹ Carvalho (2005), em sua dissertação intitulada *Alfabetização digital: um estudo sobre a apropriação dos instrumentos de e-gov na educação*, destaca que as tecnologias da informação e comunicação, desde o final da década de 1960, são consideradas pela ONU como vetores para o crescimento econômico e social de um país.

democratização e compartilhamento da informação como forma de buscar a inovação da sociedade e;

- c) a oferta de condições para a descentralização dos poderes, ou seja, possibilidade de uma maior participação de todos, principalmente das mulheres e dos marginalizados, nas questões de ordem pública, como oportunidade igual no acesso à educação e aos meios e tecnologias da informação e comunicação (SELAIMEN; LIMA, 2004).

A segunda fase da Cúpula Mundial aconteceu em Túnis, em 2005, com o propósito de passar da etapa de diagnóstico para a ação, conforme citação proferida pelo secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, na palestra de abertura do evento¹⁰.

Em maio de 2008, em uma conferência realizada em El Salvador, ministros da Educação ibero-americanos, por entenderem que a educação é uma estratégia fundamental para avançar na coesão e na inclusão social, aprovaram unanimemente o projeto *Metas educativas 2021: a educação que queremos para a geração dos bicentenários*, como referência e estímulo para um esforço solidário e coletivo em prol da integração cultural, histórica e educativa (OEI, 2008). Outro objetivo da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, Ciência e a Cultura (OEI)¹¹ por meio deste projeto é servir como um reforço para se alcançar os objetivos do milênio propostos na declaração *Educação para Todos* (EPT) da ONU, subscritos, em 1990, em Jomtien (Tailândia), por representantes de quase todos os países do mundo, cumprindo o compromisso do direito à Educação conforme estabelecido na Declaração Universal de Direitos Humanos (OEI, 2008).

Dez anos depois, no ano 2000, em Dakar (Senegal), ficou definido que o ano de 2015 seria o marco de ação para o cumprimento das seis metas da EPT. No entanto, conforme o relatório da Unesco de 2008, um número reduzido de países da região alcançou, ou está a ponto de alcançar, os quatro objetivos mais quantificáveis da Educação para Todos (EPT)¹². A maioria dos países se encontra em uma posição intermediária a respeito da consecução desses

¹⁰ Para mais informações acesse: http://www.nossosaopaulo.com.br/Reg_SP/Barra_Escolha/ONU_SociedadeDaInformacao.htm.

¹¹ “Organismo internacional de caráter governamental para a cooperação entre os países ibero-americanos no campo da educação, da ciência, da tecnologia e da cultura no contexto do desenvolvimento integral, da democracia e da integração regional”, cuja sede de sua Secretaria-Geral está situada em Madri, Espanha. São Estados-Membros desta comunidade: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, República Dominicana, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Guiné Equatorial, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela. Cf. <http://www.oei.org.br/index.php?secao=quem-somos>.

¹² Para conhecer as seis metas da EPT consulte OEI (1998, p. 8).

objetivos (OEI, 2008, p. 9). Com dificuldades econômicas, estruturais e sociais, as metas ficaram em um patamar muito aquém do que os países envolvidos imaginaram.

No projeto *Metas educativas 2021* são apresentados como riscos a serem enfrentados pelos gestores das políticas públicas (com a integração de duas agendas educativas a fim de recuperar o tempo passado e avançar) o cumprimento dos objetivos pendentes do século XX e o tratamento igualitário na solução dos problemas advindos da sociedade da informação nos países desenvolvidos e naqueles em desenvolvimento e regiões periféricas. No documento da OEI, são apontadas como estratégias para recuperar o passado e conquistar o futuro:

a primeira, utilizar os conhecimentos e as ferramentas da *sociedade da informação* para conseguir com mais rapidez e eficiência os objetivos pendentes; a segunda, incluir o conjunto da sociedade e não somente o sistema educacional nos processos de mudança; a terceira, adaptar à realidade desigual, plurilíngüe e multicultural da região, os avanços tecnológicos e científicos que estão se desenvolvendo no mundo (OEI, 2008, p. 63, grifo nosso) .

Neste sentido, Werthein (2000) destaca que o setor público está à frente de iniciativas que visam o desenvolvimento da sociedade da informação, interagindo com as forças sociais locais, gerando assim um processo de transformação social, a partir da produção do conhecimento. A universidade, para atender às demandas e expectativas informacionais da comunidade interna e externa, precisa oferecer a melhor infraestrutura e os melhores serviços, relacionados diretamente com a qualidade da equipe, ou seja, com a qualificação do pessoal.

Dentre as dez *Metas Educativas Gerais 2021*¹³ propostas pela OEI (2008), em relação direta com a universidade, destacam-se:

- a) *Primeira meta geral*: reforçar e ampliar a participação da sociedade na ação educadora;
 - *Meta específica 3*. Reforçar a participação da Universidade em iniciativas orientadas à melhoria da educação básica;
- b) *Sexta meta geral*: aumentar a participação dos jovens no ensino médio, técnico-profissionalizante e universitário
 - *Meta específica 17*. Aumentar o acesso ao ensino técnico-profissionalizante e à Universidade.

Ao verificar as características das propostas é possível afirmar que a universidade é um ambiente propício e privilegiado para a produção e difusão do conhecimento. Neste

¹³ Para conhecer as dez metas educativas 2021 consulte capítulo 6 do documento da OEI (2008, p. 78).

contexto, ao analisar os 10 programas compartilhados¹⁴ propostos no documento da OEI (2008) identifica-se que a universidade está inserida no processo como agente de transformação em prol da melhoria da educação¹⁵, sendo que em um dos programas está explícita a sua responsabilidade pela geração, transmissão e transferência do conhecimento¹⁶.

Bell (1973, p. 29, grifo do autor) afirma que os serviços desenvolvidos no âmbito das universidades e das organizações destinadas à pesquisa representam “a expansão de nova *intelligentsia*”. As universidades e instituições de pesquisa desempenham um papel fundamental no desenvolvimento e estímulo humano voltado para a busca do saber, criação e produção de conhecimento por meio das atividades de ensino, pesquisa, inovação e extensão (OHIRA, 1998) o que, por sua vez, gera novos empregos, oportunidades e promove o avanço da ciência.

4 A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

A organização da ciência é o problema mais relevante na sociedade pós-industrial, aponta Bell (1973). Inseridas nesse contexto, as bibliotecas – como agentes de transformação social, ao tratar, sistematizar, armazenar, organizar, preservar e facilitar o livre acesso à informação –, constituem elemento essencial e estratégico para o desenvolvimento das atividades-fins das instituições de ensino e pesquisa, sobretudo na esfera pública, ou seja, contribuem oficialmente para o progresso da ciência em sua forma ampla.

Entretanto, ao analisar e comparar os textos do *Programa Sociedade da Informação no Brasil* (TAKAHASHI, 2000), *Relatório da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação* (SELAIMEN; LIMA, 2004) e *Metas educativas 2021* (OEI, 2008) verifica-se que apenas o primeiro faz referência ao papel e às ações da *biblioteca universitária*, especificamente. O documento – *Programa Sociedade da Informação no Brasil* –, em seu capítulo 5, referente a conteúdos e identidade cultural, cita a biblioteca virtual Scielo¹⁷ como

¹⁴ Para conhecer os 10 programas de ação compartilhada consulte capítulo 7 de OEI (2008, p. 86).

¹⁵ Uma das linhas de ação apontadas no *primeiro programa* – Programa de Apoio à governabilidade das instituições educativas [...] – é começar iniciativas concretas com diversas Universidades e Ministérios de Educação para favorecer a participação dos alunos universitários em programas de melhoria da educação (OEI, 2008, grifo nosso).

¹⁶ O *oitavo programa*, que visa o desenvolvimento dos docentes, afirma que o papel da universidade e das instituições responsáveis pela formação docente é fundamental neste processo e, como estratégia, propõe a *criação de espaços de interação e colaboração entre universidades*, centros de pesquisa, empresas e organizações sociais *para a geração, transmissão e transferência do conhecimento* (OEI, 2008, grifo nosso).

¹⁷ Modelo para a publicação eletrônica cooperativa de periódicos científicos elaborado para atender às necessidades da comunicação científica dos países em desenvolvimento, especialmente na América Latina e no Caribe. Além do *Scielo*, também foi citado como iniciativa de conteúdo que merece destaque o *Prossiga*, projeto

uma das iniciativas de conteúdo em ciência e tecnologia que merece destaque e, ainda, aponta como uma de suas ações para promover a produção e comunicação de conteúdos veiculadores ou construtores de nossa identidade cultural:

Consolidar a rede (já parcialmente funcionando, sem estruturação definitiva) de *bibliotecas universitárias* e especializadas, da esfera governamental e do setor privado, onde estão concentrados os estoques de conteúdos mais significativos para o atendimento das necessidades de ensino, pesquisa e de tomadas de decisão. (TAKAHASHI, 2000, p. 66, grifo nosso).

No capítulo 8, o programa reforça o apoio à implementação de bibliotecas digitais no país, como uma das ações de infraestrutura avançada e novos serviços.

Os outros dois documentos (*Relatório da Cúpula e Metas Educativas 2021*), quando citam bibliotecas, o fazem de modo genérico ou apresentam planos e ações direcionados especificamente para as bibliotecas públicas e escolares, com destaque para:

- a) [As] *bibliotecas* [...] cumprirão papel estratégico. Viabilizarão, para pessoas e comunidades não diretamente conectadas, o acesso público, gratuito e assistido aos conteúdos da Internet (TAKAHASHI, 2000, p. 64, grifo nosso); [...] “Os outros dispositivos citados – inclusive o telefone móvel celular – ainda são promessas. É forçoso, portanto, pensar em esquemas de uso compartilhado dos dispositivos de acesso, instalados em [...] *bibliotecas* [...] para caminhar no sentido da universalização, principalmente para a população de mais baixa renda”. (TAKAHASHI, 2000, p. 37, grifo nosso); as bibliotecas são consideradas recursos em infraestrutura disponíveis na escola, equiparadas à água potável, banheiros, computadores e gasto educativo (OEI, 2008, p. 34-35);
- b) incentivo à disponibilização de pontos de acesso público às TIC em *bibliotecas públicas* a fim de “garantir eficazmente o acesso universal aos serviços e à [infraestrutura] da sociedade da informação”. (SELAIMEN; LIMA, 2014, p. 48, item 32); [...] “cursos livres a serem ministrados em [...] *bibliotecas públicas* [...] ou em modalidades a distância”; (TAKAHASHI, 2000, p. 42, grifo nosso); [...] *biblioteca pública* estratégia nacional (TAKAHASHI, 2000, p. 64, grifo nosso); [...] “a forma de recuperar [...] as *bibliotecas públicas*, os

criado em 1995, responsável pela promoção do uso da informação relevante para ciência e tecnologia, disponível na internet ou em artigos convencionais das instituições brasileiras, e o *Lattes* – plataforma responsável pela integração de dados de currículos, grupos de pesquisa e das agências de fomento do país em um único sistema de informações –, ambos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (TAKAHASHI, 2000, grifo nosso). Para mais informações acesse <http://prossiga.ibict.br/>, <http://lattes.cnpq.br/> e <http://www.scielo.org/php/level.php?component=56&item=1&lang=pt>.

lugares de lazer, os centros de saúde e tantas outras manifestações podem ou não facilitar a integração intercultural”. (SELAIMEN; LIMA, 2004, p. 64, grifo nosso);

- c) ao citar os principais objetivos para melhorar a qualidade da educação, o relatório indica como “meios insuficientes para um ensino ativo [fundamental e médio]: *bibliotecas*, computadores, espaços para a música, a arte, o esporte ou para uma atenção educacional especializada para determinados alunos” (OEI, 2008, p. 58, grifo nosso); [...] “Quarta meta geral. Universalizar o ensino fundamental e médio, e melhorar sua qualidade”. [...] “Meta específica 10. Melhorar a dotação de *bibliotecas* e computadores nas escolas” (OEI, 2008, p. 81, grifo nosso); [...] “Ante a impossibilidade de abordar todos os componentes da qualidade da educação, foram selecionados quatro fatores considerados de especial relevância: a prevenção do fracasso escolar, o apoio à leitura e às *bibliotecas escolares*, a implementação das tecnologias da informação nas escolas e a avaliação das próprias escolas” (OEI, 2008, p. 90, grifo nosso).

Ao analisar os textos oficiais das políticas públicas voltadas especificamente para a busca de soluções para os problemas estruturais das bibliotecas universitárias, apenas uma iniciativa governamental referente a essas unidades educacionais foi identificada. Em 24 abril de 1986, a Secretaria de Ensino Superior (SESu) do Ministério da Educação (MEC) aprovou o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU)¹⁸, por meio da Portaria nº 287, com objetivo de responder aos problemas existentes nas bibliotecas desde a reforma universitária de 1968¹⁹ e formular uma política pública para a área. Na mesma data foi publicada a Portaria nº 288, que criava o Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias, com o objetivo de assegurar condições orçamentárias para implementação do PNBU (SILVA, 2009).

O PNBU sustentava-se em seis eixos temáticos (planejamento; formação e desenvolvimento de coleções; processamento técnico dos documentos; automação de bibliotecas; usuários e serviços e atividades cooperativas), doze diretrizes e quarenta e seis ações (CAETANO, 2012). A CBBU, órgão assessor da diretoria executiva da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB)

¹⁸ Segundo Silva (2009, p. 41), o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) foi o órgão “responsável pela primeira versão” do texto do PNBU. De acordo com Vicentini, presidente da Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU), gestão 2011-2014, o documento base do PNBU foi elaborado em 1985, durante o IV SNBU em Campinas, SP, visando “permitir ampla divulgação de seus programas e projetos e possibilitar a participação efetiva de todos os presentes nos debates e decisões” (CBBU, 2014, p. 2).

¹⁹ Reforma implementada pela ditadura militar que, por intermédio da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, definiu as normas de organização e funcionamento do ensino superior.

que representa os interesses das bibliotecas universitárias, ativa até os dias atuais, foi criada a partir de recursos do PNBU, em 15 de janeiro de 1987²⁰, com a responsabilidade de promover o desenvolvimento das bibliotecas universitárias brasileiras. Por intermédio do Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior (PROBIB)²¹, o Ministério da Educação, em 1990, institucionalizou o PNBU, com a finalidade de distribuir livros e periódicos nas instituições brasileiras, em parceria com a Capes, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e o CNPq.

No Governo Collor, 1990 a 1992, que marcou o início das ações neoliberais no país, com destaque para as privatizações (liberalização comercial) e a diminuição da ação do Estado, o que incluiu redução de investimentos no setor público, o PNBU e o PROBIB foram extintos (BUSQUET, 2012; SILVA, 2009, 2010).

A exemplo das constatações nos documentos regulatórios de ação global, anteriormente citados, observa-se, ao analisar as propostas de políticas públicas nacionais em vigor que mais se aproximam dos objetos de estudo, que os Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL)²² e o Plano Nacional da Cultura (PNC)²³, também não especificam metas/ações para bibliotecas universitárias²⁴, sendo contempladas apenas as bibliotecas públicas e escolares, a despeito da importância das primeiras como agentes estratégicos de geração e difusão de conhecimento científico, promotoras da inovação tecnológica e do desenvolvimento social²⁵.

²⁰ Durante a realização do V SBNU – temática: PNBU (SILVA, 2009) –, em Porto Alegre.

²¹ Decreto nº 98.964 de 1990, de responsabilidade da SESu (SILVA, 2009, p. 41).

²² Instituído em agosto de 2006, pelos ministros da Cultura e da Educação, por meio da Portaria Interministerial nº 1.442. Com o objetivo de ampliar a dimensão do PNLL, em 2011 a presidente Dilma Rousseff instituiu o plano por meio do Decreto nº 7.559. A intenção do governo é fazer deste documento uma política de Estado voltada à leitura e ao livro no Brasil, considerando particularmente o papel estratégico que a biblioteca e a formação de mediadores de leitura assumem no desenvolvimento social e da cidadania na construção de um projeto de nação, acompanhando as transformações da sociedade. O plano está organizado a partir de 4 eixos temáticos: democratização do acesso; fomento à leitura e à formação de mediadores; valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico; e desenvolvimento da economia do livro. Para mais informações acesse o documento na íntegra em: <http://www.cultura.gov.br/pnll>.

²³ Com objetivo de planejar e implementar políticas públicas até 2020 visando a proteção e promoção da diversidade cultural, em dezembro de 2010 foi instituído pela Lei nº 12.343 o Plano Nacional de Cultura composto por 53 metas elaboradas por representantes da sociedade e gestores públicos, cujo acompanhamento de execução é realizado pelo Ministério da Cultura. Para mais informações acesse o documento na íntegra em: <http://www.cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc>.

²⁴ No PNLL, a única menção indireta à biblioteca universitária se apresenta na alínea f do capítulo 4 - Objetivos e Metas: “f). Fomentar e implementar núcleos voltados à produção de estudos, pesquisas e indicadores nas áreas da leitura, da biblioteca e do livro em universidades e outras instituições” (BRASIL, 2014b, p. 31).

²⁵ Além dos documentos legais citados, destacam-se para fins de registro histórico as seguintes legislações a regulamentar a área: *Decreto nº 7.247, de abril de 1879*, cujo art. 7º determina a criação de pequenas bibliotecas e museus escolares, nos diferentes distritos do mesmo município; o *Decreto nº 520, de maio de 1992* que ao instituir o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas refere-se apenas aos estabelecimentos públicos; a *Lei nº 10.753, de outubro de 2003* que ao estabelecer a Política Nacional do Livro que também restringe as bibliotecas aos estabelecimentos públicos como o Decreto nº 520; a *Lei nº 12.244, de maio de 2010* que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país de modo parcial e o *Decreto nº 8.297, de agosto de 2014* que trata especificamente da Fundação Biblioteca Nacional (aprovação de seu estatuto e do seu

O Plano Nacional da Educação (PNE), aprovado em 25 de junho de 2014, por meio da Lei nº 13.005, contempla as bibliotecas no âmbito da educação básica e da educação superior (graduação e pós-graduação). Quanto a educação básica, como estratégias para oferecer educação em tempo integral nas escolas públicas (meta 6), o referido documento propõe institucionalizar e manter programa de ampliação e reestruturação das escolas por meio da instalação de diversos espaços, incluindo entre eles, *bibliotecas* (estratégia 6.3), e também, fomentar a articulação da escola com diferentes espaços educativos dentre os quais cita as *bibliotecas* (estratégia 6.4) (BRASIL, 2014a, grifo nosso). Como forma de fomentar a qualidade da educação básica (meta 7), o PNE propõe como estratégias a criação de “mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das *bibliotecas* nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet” (estratégia 7.20) e a promoção, em consonância com o PNLL, da formação de diversos atores, inclusive *bibliotecários*, para atuarem como mediadores da leitura (estratégia 7.33) (BRASIL, 2014b, grifo nosso).

Referente à educação superior, o PNE, para elevar a taxa bruta de matrícula neste segmento (meta 12) e gradualmente, o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu* (meta 14), apresenta como estratégias a institucionalização do “programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação” (estratégia 12.15) e a manutenção/ expansão do referido programa para os cursos de pós-graduação (estratégia 14.7), assegurando, em ambos os casos, a acessibilidade às pessoas com deficiência”. (BRASIL, 2014a). Diferentemente do PNLL e do PNC, que contemplam apenas as bibliotecas públicas e escolares, o PNE, de uma maneira mais ampla, inclui as bibliotecas escolares e as bibliotecas universitárias como elementos estratégicos para contribuir com a erradicação do analfabetismo, superação das desigualdades educacionais, melhoria da qualidade da educação, dentre outras diretrizes do plano.

Para colaborar efetivamente com as estratégias propostas no PNE, de modo específico com aquelas voltadas para educação superior, retoma-se o pensamento de Werthein (2000) que alerta que um dos desafios advindos do avanço tecnológico é o de identificar o papel que as inovações tecnológicas podem desenvolver no processo educacional e definir como utilizá-las para facilitar uma efetiva aceleração do processo de ensino e aprendizagem. Nesta

quadro de cargos em comissão e funções de confiança) (BRASIL, 2015, grifo nosso). Nenhum texto legal citado anteriormente se refere especificamente às questões das bibliotecas universitárias, com exceção da Lei nº 10.753 que faz uma única menção no parágrafo único de seu art. 7º: “cabe, ainda, ao Poder Executivo implementar programas anuais para manutenção e atualização do acervo de bibliotecas públicas, *universitárias* e escolares, incluídas obras em Sistema Braille”. (BRASIL, 2003, grifo nosso).

perspectiva, o fator-chave do futuro será a capacidade de a universidade, e em especial, sua biblioteca, assimilar os novos desafios; remover os obstáculos que as impedem de atender às necessidades e expectativas de seus usuários (CUNHA, 2000); buscar a melhoria contínua e criar novos meios de aprendizagem e conhecimento. A mudança deve ser encarada como uma oportunidade de evolução, em que novos meios substituirão velhas práticas e novos bens e serviços serão implementados a fim de minimizar as diferenças quanto ao acesso à informação e construir uma sociedade informacional mais global e justa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, surgiram diversas reflexões relacionadas às rápidas mudanças nas áreas científica, tecnológica, informacional, política, educacional e social, resultantes das inovações tecnológicas. Mais que as transformações significativas nas IES preconizadas por Cunha (2000), para o período de 2000 a 2010, são vivenciados, nesta segunda década do milênio com maior intensidade e rapidez, os reflexos das mudanças conceituais e estruturais relacionados à educação, frente às novas configurações das universidades – e de suas bibliotecas em particular – decorrentes das políticas governamentais de reestruturação e ampliação da educação superior implementadas no país.

Como parte das ações de promoção do acesso à informação visando a redução da exclusão digital e também, como subsídio para implantar políticas públicas referente a “entrada” do Brasil na era da informação, ainda que de modo incipiente, o governo brasileiro, representado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, pressionado, de certa forma, pelos países desenvolvidos, encomendou a elaboração do *Programa Sociedade da Informação no Brasil*, publicado no ano 2000.

O início deste século foi marcado por iniciativas mundiais²⁶, experiências coletivas, com objetivo maior de minimizar a exclusão digital e diminuir a distância entre os países pobres e ricos, a partir da premissa de que, por meio da educação, é possível avançar na coesão e na inclusão social dos sujeitos.

Com a responsabilidade de gerar, transmitir e transferir conhecimentos em prol da melhoria da qualidade da educação, a universidade é um agente fundamental de transformação incluída nas *Metas Educacionais Gerais 2021*, por criar novos empregos, oportunidades e promover o avanço da ciência. Dos relatórios gerados a partir das iniciativas citadas, observou-se que as bibliotecas universitárias foram contempladas apenas no

²⁶ Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (Genebra, 2003) e a Conferência dos Ministros de Educação ibero-americanos (El Salvador, 2008).

Programa Sociedade da Informação no Brasil o qual reforça a necessidade de consolidar a rede de bibliotecas universitárias públicas e privadas, e, consequentemente, as políticas públicas neste segmento. Os outros dois documentos consultados (*Relatório da Cúpula e Metas Educativas 2021*) quando citam bibliotecas, o fazem de modo amplo ou apresentam planos e ações direcionados especificamente para as bibliotecas públicas e escolares.

Embora as bibliotecas universitárias estejam subordinadas ao MEC, atualmente (2015), não há uma política específica e muito menos sua inclusão explícita em planos, programas e ações governamentais (SILVA, 2009). O PNBU, extinto devido à redução de investimentos no setor público durante o governo Collor, foi uma tentativa de buscar soluções para os problemas existentes nas bibliotecas desde a reforma universitária de 1968 e constituiu o “embrião” para se formular uma política pública para a área (CARVALHO, 2004 *apud* BUSQUET, 2012, p. 116). Na falta de um plano nacional específico para bibliotecas universitárias, buscou-se identificar nos planos nacionais em vigor, que mais se aproximam dos objetos de estudo (PNLL, PNC e PNE) a inserção das bibliotecas universitárias no cenário político do país. Após análise dos documentos oficiais, conclui-se que as bibliotecas universitárias, a despeito das escolares e públicas, são envolvidas de modo indireto no PNE.

Embora não apareçam explicitamente nas metas referentes à educação superior contidas no plano, as bibliotecas universitárias já contribuem diretamente com a gestão do acervo digital, nos mais diversos formatos (estratégia do PNE), por meio de suas bibliotecas digitais e de seus repositórios institucionais fomentando, assim, a produção de novos conhecimentos gerados no âmbito universitário e cumprindo sua função social de armazenar, processar, promover o acesso e disseminar a informação.

As unidades informacionais têm vivenciado uma revolução interna, com a implementação de tecnologias que visam facilitar o acesso e a disseminação da informação, tornando-as mais dinâmicas. A fim de acompanhar as novas tendências e aprimorar a qualidade dos serviços de informação e de tecnologia buscando a excelência, cabe aos gestores das bibliotecas universitárias buscar novos modelos organizacionais como implementação de planejamento tático e operacional, gestão participativa, parcerias e principalmente a gestão do conhecimento.

Para Takeuchi e Nonaka (2004, p. 25), a gestão do conhecimento está diretamente ligada à capacidade das instituições em combinar várias fontes e tipos de conhecimento que resultam em novos processos, sistemas gerenciais, produtos/serviços e tecnologias de sucesso, a partir do apoio e estímulo às “atividades criadoras de conhecimento dos indivíduos”.

Pela gestão do conhecimento é possível lançar um novo olhar na gestão das mudanças culturais e comportamentais, possibilitando um ambiente propício para criação, uso, compartilhamento de informação e transferência de conhecimento.

Além da importância de se retomar as discussões e as conquistas da área, a nível governamental²⁷, aponta-se como fundamental a importância do alinhamento e da coerência entre a missão, as metas e os objetivos da biblioteca com os princípios, diretrizes, planejamento e gestão da instituição de ensino superior à qual está vinculada, na busca de soluções para um dos maiores problemas desta sociedade pós-industrial: a democratização do acesso ao conhecimento. Como exemplo, destaca-se a inserção da biblioteca universitária como uma das metas a compor o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), responsável por desenvolver o sistema de gestão do conhecimento na universidade.

REFERÊNCIAS

AREND, Marcelo. Revoluções tecnológicas, finanças internacionais e estratégias de desenvolvimento: um *approach* neo-schumpeteriano. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 363-396, nov. 2012.

ASSMANN, Hugo. A metamorfose do aprender na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 29, n. 2, p. 7-15, maio/ago. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a02v29n2.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial**: uma tentativa de previsão social. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix, 1973.

BINGEMER, Lucchetti. **Novas tecnologias e sede de transcendência**. 27 ago. 2004. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=13608>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

BRASIL. Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 out. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.753.htm>. Acesso em: 10 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 abr. 2014a.

²⁷ Apesar de não ser específico para bibliotecas universitárias, destaca-se como manifestação mais atual na área a proposta de Política Nacional para Bibliotecas, o *Projeto de Lei nº 28*, de 2015, que está tramitando no Senado Federal com objetivo de contemplar as lacunas e as inconsistências legislativas referentes às “responsabilidades técnicas, políticas e sociais das bibliotecas como equipamentos de cultura e educação a serviço da sociedade brasileira” acompanhando uma realidade já vivenciada em outros países da Europa e Américas. O referido projeto formaliza conceitos e as obrigações das bibliotecas pública, especializada, escolar, *universitária*, comunitária, especial e nacional e destaca as “especificidades que as individualiza no tocante a acervo e suportes materiais e imateriais” (BRASIL, 2015, grifo nosso).

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 7 nov. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação; Ministério da Cultura. **Caderno do PNLL**. Edição atualizada e revisada em 2014. Brasília, DF, 2014b. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/1171222/cadernoPNLL_2014ab.pdf/df8f8f20-d613-49aa-94f5-edebf1a7a660>. Acesso em: 2 jan. 2014.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 28, de 2015**. Institui a Política Nacional de Bibliotecas. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=160644&tp=1>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

BUSQUET, Leandro Martins Cota. **Bibliotecas universitárias e o impacto das políticas públicas do ensino superior**: o caso da BCG/UFF. 2012. 167 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. Disponível em: <http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/Dissertacao_Leandro_Busquet.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2015.

CAETANO, Ana Carolina de Souza. Políticas públicas para bibliotecas universitárias: um olhar sobre resultados do PNBu (1986). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17., 2012, Gramado. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2012. Disponível em: <<http://www.snbu2012.com.br/anais/pdf/4QZ2.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2015.

CARVALHO, Angela Maria Grossi de. **Alfabetização digital**: um estudo sobre a apropriação dos instrumentos de e-gov na educação. 2005. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2005.

CARVALHO, Angela Maria Grossi de. **Apropriação da informação**: um olhar sobre as políticas públicas sociais de inclusão digital. 2010. 169 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, 2010. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/carvalho_amg_do_mar.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2015.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1).

CUNHA, Murilo Bastos Cunha. Construindo o futuro: a biblioteca universitária brasileira em 2010. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 29, n. 1, p. 71-80, jan./abr. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n1/v29n1a8>>. Acesso em: 26 fev. 2015.

IBGE. **PNAD 2011**: acesso à internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000012962305122013234016242127.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2015.

OHIRA, Maria Lourdes Blatt. Por que fazer pesquisa na Universidade? **Revista ABC**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 3, n. 3, p. 65-76, 1998.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBEROAMERICANO. **Metas educativas 2021:** a educação que queremos para a geração dos bicentenários. Madrid, 2008. Disponível em: <http://www.oei.es/metas2021/metas2021_portugues.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2015.

MASUDA, Yoneji. **A sociedade da informação como sociedade pós-industrial.** Tradução de Kival Chaves Weber e Angela Melim. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1982.

SANSON, Cesar. **Trabalho e subjetividade:** da sociedade industrial à sociedade pós-industrial. 2009. 156 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/bitstream/handle/1884/24122/VERSAO_FINAL_BA_NCA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 jan. 2015.

SELAIMEN, Graciela; LIMA, Paulo Henrique (Org.). **Cúpula mundial sobre a Sociedade da Informação:** um tema de tod@s. Rio de Janeiro: Rits, 2004. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2056048.PDF>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

SILVA, Angela Maria Moreira. A construção das bibliotecas universitárias no Brasil. **Revista Informação & Universidade**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 3-23, 2010. Disponível em: <http://www.academia.edu/5487884/A_constru%C3%A7%C3%A3o_das_bibliotecas_universit%C3%A1rias_no_Brasil>. Acesso em: 20 maio 2015.

SILVA, Edilene Maria da. **A influência das políticas de informação científica e tecnológica para as bibliotecas universitárias.** 2009. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/14433/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_CI_-_EDILENE_MARIA_DA_SILVA.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2015.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da informação no Brasil:** livro verde. Brasília, DF: Ministério da Ciência e Tecnologia, set. 2000. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/434/1/Livro%20Verde.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2015.

TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. **Gestão do conhecimento.** Porto Alegre: Bookman, 2004.

WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000.